

# **RESTAURANTE MAURITÂNIA CONTRATOU 10 TRABALHADORES ILEGAIS PARA SUBSTITUIR GREVISTAS**

Os trabalhadores do Restaurante Mauritânia em Matosinhos realizaram hoje uma greve por aumentos salariais e na defesa dos seus direitos

A greve teve uma elevada adesão. Os trabalhadores que não aderiram recebem por fora do recibo.

A empresa, para tentar intimidar o piquete de greve, chamou a PSP ao local e acusou o piquete de greve de impedir a entrada de clientes, o que é completamente falso.

O Sindicato, aproveitando a presença da PSP, e já que a Inspeção do Trabalho não compareceu, exigiu a identificação dos extras que a empresa contratou ilegalmente para substituir os grevistas.

A PSP identificou então 10 indivíduos que se encontravam ao serviço e não fazem parte do quadro de pessoal.

Agora, na base da identificação feita pela PSP, o Sindicato vai apresentar uma queixa-crime contra a empresa por esta ter violado o artigo 596.º do Código do Trabalho.

A gerência do Restaurante Mauritânia continua a recusar uma actualização justa dos salários em 2006.

A empresa nunca aceitou o facto dos trabalhadores lhe terem exigido que declarasse no recibo de vencimento a totalidade do salário mensal que auferiam, no valor de 990 euros, pois apenas declarava 444 euros.

Há meses que os trabalhadores e o Sindicato vêm a reclamar da empresa aumentos salariais mas, esta, numa atitude de chantagem inaceitável, informou que só dá aumentos salariais se os trabalhadores assinarem uma declaração a dizer que a empresa não lhes deve nada, inclusive horas suplementares que nunca foram devidamente pagas.

A empresa continua a ter trabalho não declarado, não faz os descontos devidos para a segurança social e para o IRS da totalidade do salário a alguns trabalhadores, obriga-os a fazerem mais do que 40 horas semanais e não lhes paga devidamente o trabalho suplementar e, recusa conceder o gozo dos dias de descanso semanal que o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector obriga.

O Sindicato vai, uma vez mais, accionar a Comissão de Conflitos do CCT e se a empresa não alterar a sua posição promoverá um plenário de trabalhadores para em conjunto decidir novas formas de luta.

Porto, 31 de Dezembro de 2006

A Direcção